



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

---

*Comissão dos Assuntos Externos*

---

**2011/0415(COD)**

24.5.2012

**\*\*\*I**

## **PROJETO DE RELATÓRIO**

sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece regras e procedimentos comuns para a execução dos instrumentos de ação externa da União  
(COM(2011)0842 – C7-0494/2011 – 2011/0415(COD))

Comissão dos Assuntos Externos

Relator de parecer: Elmar Brok

Relator de parecer(\*):  
Thijs Berman, Comissão do Desenvolvimento

(\*) Comissão associada – Artigo 50.º do Regimento

### ***Legenda dos símbolos utilizados***

- \* Processo de consulta
- \*\*\* Processo de aprovação
- \*\*\*I Processo legislativo ordinário (primeira leitura)
- \*\*\*II Processo legislativo ordinário (segunda leitura)
- \*\*\*III Processo legislativo ordinário (terceira leitura)

(O processo indicado tem por fundamento a base jurídica proposta no projeto de ato).

### ***Alterações a um projeto de ato***

Nas alterações do Parlamento, as diferenças em relação ao projeto de ato são assinaladas simultaneamente em *itálico* e a **negrito**. A utilização de *itálico* sem negrito constitui uma indicação destinada aos serviços técnicos e tem por objetivo assinalar elementos do projeto de ato que se propõe sejam corrigidos, tendo em vista a elaboração do texto final (por exemplo, elementos manifestamente errados ou lacunas numa dada versão linguística). Estas sugestões de correção ficam subordinadas ao aval dos serviços técnicos visados.

O cabeçalho de qualquer alteração relativa a um ato existente, que o projeto de ato pretenda modificar, comporta uma terceira e uma quarta linhas, que identificam, respetivamente, o ato existente e a disposição visada do ato em causa. As partes transcritas de uma disposição de um ato existente que o Parlamento pretende alterar, sem que o projeto de ato o tenha feito, são assinaladas a **negrito**. As eventuais supressões respeitantes a esses excertos são evidenciadas do seguinte modo: [...].

## ÍNDICE

	<b>Página</b>
PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA DO PARLAMENTO EUROPEU.....	5
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS .....	19

(\*) Comissão associada – Artigo 50.º do Regimento



## PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA DO PARLAMENTO EUROPEU

sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece regras e procedimentos comuns para a execução dos instrumentos de ação externa da União

(COM(2011)0842 – C7-0494/2011 – 2011/0415(COD))

(Processo legislativo ordinário: primeira leitura)

*O Parlamento Europeu,*

- Tendo em conta a proposta da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho (COM(2011)0842),
  - Tendo em conta o artigo 294.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nos termos do qual a proposta lhe foi apresentada pela Comissão (C7-0494/2011),
  - Tendo em conta o artigo 55.º do seu Regimento,
  - Tendo em conta o relatório da Comissão dos Assuntos Externos e os pareceres da Comissão do Desenvolvimento, da Comissão do Comércio Internacional e da Comissão dos Orçamentos (A7-0000/2012),
1. Aprova a posição em primeira leitura que se segue;
  2. Requer à Comissão que lhe submeta de novo a sua proposta, se pretender alterá-la substancialmente ou substituí-la por outro texto;
  3. Encarrega o seu Presidente de transmitir a posição do Parlamento ao Conselho e à Comissão, bem como aos Parlamentos nacionais.

### Alteração 1

#### Proposta de regulamento

#### Considerando 2-A (novo)

*Texto da Comissão*

*Alteração*

***(2-A) Os documentos que definem os objetivos, prioridades, resultados esperados e alocação de recursos financeiros em termos gerais são documentos de programação estratégica. A fim de aumentar a flexibilidade e a eficácia para efeitos da adoção e revisão desses documentos, deve ser conferida à Comissão uma delegação de poderes para adotar atos nos termos do artigo 290.º do***

Or. en

## **Alteração 2**

### **Proposta de regulamento Considerando 4**

#### *Texto da Comissão*

(4) Tendo em conta a natureza - ***programação estratégica ou*** execução financeira - desses ***atos de execução***, nomeadamente as suas implicações orçamentais, deve, em geral, ser utilizado para a sua adoção o procedimento de exame, exceto no que se refere a medidas de reduzida dimensão financeira. Contudo, a Comissão deve adotar atos de execução imediatamente aplicáveis quando, em casos devidamente justificados relacionados com a necessidade de uma resposta rápida por parte da União, imperativos de urgência assim o exigirem.

#### *Alteração*

(4) Tendo em conta a natureza - execução financeira - desses ***programas de ação anuais ou plurianuais***, nomeadamente as suas implicações orçamentais, deve, em geral, ser utilizado para a sua adoção o procedimento de exame, exceto no que se refere a medidas de reduzida dimensão financeira. Contudo, a Comissão deve adotar atos de execução imediatamente aplicáveis quando, em casos devidamente justificados relacionados com a necessidade de uma resposta rápida por parte da União, imperativos de urgência assim o exigirem.

Or. en

## **Alteração 3**

### **Proposta de regulamento Considerando 4-A (novo)**

#### *Texto da Comissão*

#### *Alteração*

***(4-A) O procedimento consultivo deve, em geral, ser utilizado para a adoção dessas medidas individuais, de medidas especiais e de medidas de apoio, exceto no que se refere a medidas de reduzida dimensão financeira. Contudo, a Comissão deve adotar atos de execução imediatamente aplicáveis quando, em casos devidamente***

*justificados relacionados com a necessidade de uma resposta rápida por parte da União, imperativos de urgência assim o exigirem.*

Or. en

#### **Alteração 4**

##### **Proposta de regulamento Considerando 8**

###### *Texto da Comissão*

*(8) Embora as necessidades de financiamento da assistência externa da União estejam a aumentar, a situação económica e orçamental da União limita os recursos disponíveis para tal assistência. Por conseguinte, a Comissão deve procurar utilizar o mais eficazmente possível os recursos disponíveis, recorrendo nomeadamente a instrumentos financeiros com um efeito de alavanca. Este efeito de alavanca será aumentado se se permitir uma utilização e reutilização dos fundos investidos e gerados pelos instrumentos financeiros.*

###### *Alteração*

*(8) Com vista a otimizar o impacto dos instrumentos em questão, e para garantir a utilização mais eficaz dos recursos disponíveis, o relatório bienal da Comissão deve, entre outros, avaliar a complementaridade de todos os instrumentos financiados ao abrigo da rubrica relevante do orçamento, bem como as sinergias e o reforço mútuo entre os mesmos. O efeito de alavanca que isso terá será aumentado se se permitir uma utilização e reutilização dos fundos investidos e gerados pelos instrumentos financeiros.*

Or. en

#### **Alteração 5**

##### **Proposta de regulamento Considerando 8-A (novo)**

###### *Texto da Comissão*

###### *Alteração*

*(8-A) A ação da União na cena internacional deve assentar nos princípios que presidiram à sua criação, desenvolvimento e alargamento, e que é seu objetivo promover em todo o mundo, nomeadamente a democracia, o Estado de*

*direito, a universalidade e indivisibilidade dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais, o respeito pela dignidade humana, pelos princípios da igualdade e solidariedade e o respeito pelos princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional. A este respeito, as medidas adotadas ao abrigo destes instrumentos devem ser coerentes com as posições adotadas pelo Parlamento Europeu.*

Or. en

## **Alteração 6**

### **Proposta de regulamento Considerando 8-B (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

*(8-B) A ação externa da União ao abrigo dos instrumentos que são objeto do presente regulamento deve ter um impacto que se reflita em mudanças concretas nos países beneficiários e nos países parceiros. Esse impacto deve ser controlado e avaliado com base em indicadores predefinidos, claros, transparentes e quantificáveis, adaptados às especificidades de cada instrumento.*

Or. en

## **Alteração 7**

### **Proposta de regulamento Considerando 8-C (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

*(8-C) Para garantir a visibilidade da assistência da União para os cidadãos dos países beneficiários e da União deve haver, sempre que tal for oportuno,*



*comunicações e informações objetivas através dos meios adequados, tendo devidamente em conta as especificidades de cada instrumento. A este respeito, a Comissão deve definir requisitos mínimos adequados em estreita cooperação com os beneficiários, e o respeito desses requisitos deve ser controlado.*

Or. en

## **Alteração 8**

### **Proposta de regulamento Considerando 8-D (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

*(8-D) A preparação, execução, controlo e avaliação da ação externa da União deve ter devidamente em conta a posição das autoridades locais, regionais e nacionais relevantes, dos parceiros económicos e sociais e de outros atores não estatais, e deve incentivá-los a agir como partes interessadas proativas nesse processo.*

Or. en

## **Alteração 9**

### **Proposta de regulamento Considerando 8-E (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

*(8-E) A assistência financeira sob a forma de apoio orçamental só deve ser concedida quando estiverem cumpridos os requisitos relativos à qualidade da gestão da despesa pública e ao controlo parlamentar em capacidades de auditoria.*

## Alteração 10

### Proposta de regulamento

#### Artigo 2 – título

##### *Texto da Comissão*

Adoção de programas de ação, de medidas individuais e de medidas especiais

##### *Alteração*

Adoção de **documentos de programação estratégica, de** programas de ação, de medidas individuais e de medidas especiais

## Alteração 11

### Proposta de regulamento

#### Artigo 2 – n.º -1 (novo)

##### *Texto da Comissão*

##### *Alteração*

***-1. Os documentos que definem os objetivos, prioridades, resultados esperados e alocação de recursos financeiros em termos gerais são documentos de programação estratégica.***

***Para efeitos da adoção e revisão desses documentos, a Comissão deve ter poderes para adotar atos delegados, sendo as condições específicas para o seu exercício estabelecidas nos instrumentos abrangidos pelo presente regulamento, como definidos no Artigo 1.º. A delegação de poderes deve prever uma cláusula relativa ao procedimento de urgência para garantir que a União possa reagir rapidamente em situações de crise.***

***A duração da delegação de poderes, como prevista nos instrumentos abrangidos pelo presente regulamento, não se pode estender para além da data do relatório mencionado no artigo 16.º.***

## Alteração 12

### Proposta de regulamento

#### Artigo 2 – n.º 1 – parágrafo 1

##### *Texto da Comissão*

1. A Comissão adota programas de ação anuais *ou plurianuais, se necessário com base* nos documentos de programação *indicativa* mencionados no *instrumento aplicável*.

##### *Alteração*

1. A Comissão adota programas de ação anuais, *que se baseiam* nos documentos de programação *estratégica* mencionados no *artigo 2.º, n.º 1, e estão em consonância com os mesmos*.

## Alteração 13

### Proposta de regulamento

#### Artigo 2 – n.º 1 – parágrafo 2

##### *Texto da Comissão*

A título excecional, nomeadamente nos casos em que um programa de ação ainda não tenha sido adotado, a Comissão pode, com base nos documentos de programação *indicativa*, adotar medidas individuais *de acordo com as mesmas regras e procedimentos que os programas de ação*.

##### *Alteração*

A título excecional, nomeadamente nos casos em que um programa de ação ainda não tenha sido adotado, a Comissão pode, com base nos documentos de programação *estratégica*, adotar medidas individuais.

## Alteração 14

### Proposta de regulamento

#### Artigo 2 – n.º 1 – parágrafo 3

##### *Texto da Comissão*

Em *caso de necessidades*, circunstâncias *ou compromissos imprevistos* e

##### *Alteração*

Em circunstâncias *especiais imprevistas* e devidamente *justificadas*, a Comissão pode

devidamente *justificados*, a Comissão pode adotar medidas especiais não previstas nos documentos de programação *indicativa*. Podem igualmente ser adotadas medidas especiais para facilitar a transição da fase de *ajuda de emergência* para operações *de desenvolvimento* a longo prazo, *nomeadamente medidas destinadas a preparar melhor as populações para crises recorrentes*.

adotar medidas especiais não previstas nos documentos de programação *estratégica*. Podem igualmente ser adotadas medidas especiais para facilitar a transição da fase de emergência para operações a longo prazo.

Or. en

## Alteração 15

### Proposta de regulamento Artigo 2 – n.º 2 – parágrafo 1

#### *Texto da Comissão*

2. Os programas de ação *e as medidas individuais previstas* no n.º 1, relativamente aos quais a assistência financeira da União seja superior a 10 milhões de EUR, *e as medidas especiais, relativamente às quais a assistência financeira da União seja superior a 30 milhões de EUR* devem ser adotados em conformidade com o procedimento de exame referido no artigo 15.º, n.º 3.

#### *Alteração*

2. Os programas de ação *previstos* no n.º 1, relativamente aos quais a assistência financeira da União seja superior a 10 milhões de EUR, devem ser adotados em conformidade com o procedimento de exame referido no artigo 15.º, n.º 3.

Or. en

## Alteração 16

### Proposta de regulamento Artigo 2 – n.º 2 – parágrafo 2-A (novo)

#### *Texto da Comissão*

#### *Alteração*

*2-A. As medidas individuais previstas no n.º 1, relativamente às quais a assistência financeira da União seja superior a 10 milhões de EUR, e as medidas especiais,*

*também previstas no n.º 1, relativamente às quais a assistência financeira da União seja superior a 30 milhões de EUR, devem ser adotadas em conformidade com o procedimento consultivo referido no artigo 15.º, n.º 2.*

Or. en

## **Alteração 17**

### **Proposta de regulamento**

#### **Artigo 4 – n.º 1 – parágrafo 2**

##### *Texto da Comissão*

A assistência financeira da União pode igualmente ser prestada, em conformidade com o Regulamento Financeiro, através de contribuições para fundos internacionais, regionais ou nacionais, tais como os instituídos ou geridos pelo Banco Europeu de Investimento, por organizações internacionais, por Estados-Membros ou por países e regiões parceiros, a fim de mobilizar o financiamento conjunto de vários doadores, ou para fundos instituídos por um ou vários doadores com vista à execução conjunta de projetos.

##### *Alteração*

A assistência financeira da União pode igualmente ser prestada, em conformidade com o Regulamento Financeiro, através de contribuições para fundos internacionais, regionais ou nacionais, tais como os instituídos ou geridos pelo Banco Europeu de Investimento, por organizações internacionais, por Estados-Membros ou por países e regiões parceiros, a fim de mobilizar o financiamento conjunto de vários doadores, ou para fundos instituídos por um ou vários doadores com vista à execução conjunta de projetos. *A participação de instituições financeiras internacionais extra-comunitárias em instrumentos financeiros de investimento da União, tais como mecanismos de combinação, está sujeita ao cumprimento das normas e políticas comunitárias, e à abertura de acesso às instituições financeiras da União aos fundos dos seus acionistas.*

Or. en

## **Alteração 18**

### **Proposta de regulamento Artigo 4 – n.º 1-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

***1-A. A assistência financeira sob a forma de apoio orçamental, como prevista na alínea c) do primeiro parágrafo do n.º 1, e em conformidade com o artigo XXX do Regulamento (CE) n.º1605/2002 do Conselho, de 25 de junho de 2002, que institui o Regulamento Financeiro aplicável ao orçamento geral das Comunidades Europeias<sup>1</sup>, está sujeita a objetivos quantificáveis, metas claras, critérios de desempenho e normas de auditoria transparentes, fiáveis e eficazes, para garantir a eficácia da utilização dessa forma de assistência. Antes de aprovar qualquer tipo de decisão de financiamento, a Comissão assegura que o governo do país parceiro em questão dá garantias de que estabeleceu capacidades de controlo parlamentar e de auditoria a nível nacional, incluindo o acesso público à informação.***

---

***1 JO L 248 de 16.9.2002, p. 1.***

Or. en

## **Alteração 19**

### **Proposta de regulamento Artigo 4 – n.º 1-B (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

***1-B. A assistência financeira da União, através de todos os tipos de financiamento enumerados no n.º 1, está sujeita a que os beneficiários assumam compromissos vinculativos para cumprir requisitos que***

*garantam a visibilidade da assistência da União. Esses requisitos mínimos adequados são estabelecidos pela Comissão em estreita cooperação com os beneficiários, e o respeito desses requisitos deve ser controlado.*

Or. en

## **Alteração 20**

### **Proposta de regulamento Artigo 12 – n.º 1**

#### *Texto da Comissão*

1. A Comissão procede regularmente a um controlo e reapreciação das suas ações e avaliará os resultados da execução das ações e políticas setoriais e a eficácia da programação, quando adequado, através de avaliações externas independentes, a fim de verificar se os objetivos foram atingidos e formular recomendações tendo em vista a melhoria das futuras operações.

#### *Alteração*

1. A Comissão procede regularmente a um controlo e reapreciação das suas ações e avaliará os resultados da execução das ações e políticas setoriais e a eficácia da programação, quando adequado, através de avaliações externas independentes, a fim de verificar se os objetivos foram atingidos e formular recomendações tendo em vista a melhoria das futuras operações. *Essas avaliações são realizadas com base em indicadores predefinidos, claros, transparentes e quantificáveis, e enviadas ao Parlamento Europeu e ao Conselho. Serão devidamente tidas em conta as propostas apresentadas pelo Parlamento Europeu ou pelo Conselho para a realização de avaliações externas independentes.*

Or. en

## Alteração 21

### Proposta de regulamento Artigo 13 – n.º 2

#### *Texto da Comissão*

2. O relatório bienal deve conter informações relativas ao ano anterior sobre as medidas financiadas, os resultados dos exercícios de controlo e avaliação, a participação dos parceiros relevantes e a execução orçamental em termos de autorizações e pagamentos. O relatório avalia os resultados da assistência financeira da União, *utilizando para o efeito, na medida do possível, indicadores precisos e quantificáveis do seu contributo para a realização dos objetivos dos instrumentos.*

#### *Alteração*

2. O relatório bienal deve conter informações relativas ao ano anterior sobre as medidas financiadas, os resultados dos exercícios de controlo e avaliação, a participação dos parceiros relevantes e a execução orçamental em termos de autorizações e pagamentos. O relatório avalia, *com vista a atingir os objetivos de cada instrumento, a complementaridade e as sinergias entre os instrumentos financiados ao abrigo do Título 4 do orçamento da União, bem como os resultados da assistência financeira da União, com base em indicadores predefinidos, claros, transparentes e quantificáveis.*

Or. en

## Alteração 22

### Proposta de regulamento Artigo 14-A (novo)

#### *Texto da Comissão*

#### *Alteração*

#### *Artigo 14-A*

#### *Participação da sociedade civil*

*A Comissão e, nomeadamente, as delegações da União nos países beneficiários terão em consideração, sempre que possível e apropriado, de uma forma transparente e verificável, as posições das organizações da sociedade civil no processo de execução, assegurando que se tomam as medidas adequadas para reforçar as capacidades dessas organizações para que estas*



*tenham um papel significativo nesse processo.*

Or. en

## **Alteração 23**

### **Proposta de regulamento Artigo 16 – n.º 1**

#### *Texto da Comissão*

1. Até **31 de dezembro de 2017**, a Comissão deve elaborar um relatório sobre a **realização dos objetivos** de cada um dos instrumentos, por meio de indicadores de resultados e de impacto, que quantifiquem a eficácia da utilização dos recursos e o valor acrescentado **européu** dos instrumentos, tendo em vista uma decisão sobre a renovação, alteração ou suspensão dos tipos de ações executadas no âmbito dos instrumentos. O relatório examina, além disso, as possibilidades de simplificação, a coerência interna e externa, a manutenção da pertinência de todos os objetivos, assim como a contribuição das medidas para as prioridades da União em termos de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Deve ter em conta eventuais resultados e conclusões sobre o impacto a longo prazo dos instrumentos.

#### *Alteração*

1. Até **31 de março de 2017**, a Comissão deve elaborar um relatório sobre a **execução** de cada um dos instrumentos **e do presente regulamento nos primeiros três anos, e sobre a realização dos objetivos**, por meio de indicadores de resultados e de impacto, que quantifiquem a eficácia da utilização dos recursos e o valor acrescentado dos instrumentos, tendo em vista uma decisão sobre a renovação, alteração ou suspensão dos tipos de ações executadas no âmbito dos instrumentos. O relatório examina, além disso, as possibilidades de simplificação, a coerência interna e externa, a manutenção da pertinência de todos os objetivos, assim como, **se pertinente**, a contribuição das medidas para as prioridades da União em termos de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Deve ter em conta eventuais resultados e conclusões sobre o impacto a longo prazo dos instrumentos.

Or. en

## **Alteração 24**

### **Proposta de regulamento**

#### **Artigo 17 – n.º 3**

##### *Texto da Comissão*

O presente regulamento é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2014.

##### *Alteração*

O presente regulamento é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2014 ***até 31 de dezembro de 2020.***

Or. en

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O Parlamento Europeu, na qualidade de forte defensor de uma política externa da União que seja ambiciosa, abrangente e consistente, solicita um conjunto de instrumentos de financiamento coerentes para a ação externa da UE. Tal deve garantir a promoção dos objetivos e valores da União no mundo baseado na democracia, no Estado de direito e nos direitos do Homem, para trazer paz, segurança, estabilidade e prosperidade económica. Os instrumentos de financiamento geográficos e temáticos propostos pela Comissão para o período 2014-2020 são ferramentas essenciais para a execução dessa abordagem.

O Parlamento Europeu intervém no espírito da responsabilidade, baseado no princípio fundamental da responsabilização da União perante os seus cidadãos relativamente à afetação de fundos e à escolha de objetivos e estratégias. O novo quadro para a ação externa deve ser não só eficaz e eficiente em termos de recursos, mas também democraticamente legítimo. É por isso fundamental que a futura geração de instrumentos de financiamento seja não só devidamente financiada ao abrigo do próximo Quadro Financeiro Plurianual, mas também concebida para refletir e apoiar as prioridades e ambições políticas no que diz respeito à especificidade de cada um dos instrumentos e políticas relacionadas.

Fazendo uso das prerrogativas e poderes que lhe são conferidos ao abrigo do Tratado de Lisboa, na qualidade de co-legislador para estes instrumentos e de autoridade orçamental, o Parlamento Europeu deseja que estes instrumentos:

- tenham um impacto claro e resultados visíveis no terreno, para atingir objetivos claros acordados a nível político;
- sejam preparados, executados, controlados e avaliados de uma forma transparente e inclusiva, com a participação, sempre que possível, quando aplicável e apropriado, de países parceiros a nível nacional, regional e local, bem como da sociedade civil;
- sejam interpretados numa lógica de coordenação e sinergias entre si e com outras linhas de orientação política da UE para a sua ação externa, mas também com programas dos Estados-Membros da UE e de doadores internacionais que abordem as mesmas áreas geográficas ou temáticas em torno de objetivos políticos partilhados, evitando assim sobreposições e desperdícios de recursos e esforços, e aumentando, pelo contrário, o impacto positivo dos programas da União;
- forneçam mecanismos que permitam uma reação rápida a acontecimentos imprevistos, tais como transições políticas em países terceiros ou o aparecimento de novos desafios globais que exijam respostas adequadas e atempadas por parte da UE, assegurando, ao mesmo tempo, um grau adequado de previsibilidade para benefício dos países parceiros.

Esta abordagem geral está refletida nas alterações propostas nos projetos de relatório. Especificamente, os relatórios propõem que os dois co-legisladores, o Parlamento Europeu e o Conselho, deleguem os seus poderes à Comissão para a preparação de todos os documentos de programação estratégica que definam objetivos, prioridades, resultados esperados e alocação de recursos financeiros, em termos gerais, e adotem estes documentos como atos delegados, com o intuito de permitir flexibilidade, ao mesmo tempo que asseguram a legitimidade democrática e a transparência através da participação igual dos dois co-legisladores a este nível estratégico.

Estes Instrumentos devem manter-se em vigor durante sete anos, o que torna o controlo democrático da sua execução ainda mais importante. Na qualidade de co-legislador, o Parlamento Europeu tem o dever de assegurar que estes instrumentos são executados de acordo com o espírito do ato de base. Isto não significa estar envolvido na micro-gestão, dado que o Parlamento confia no profissionalismo e nos conhecimentos da Comissão e do Serviço Europeu de Ação Externa. No entanto, para atingir um dos principais objetivos do Tratado de Lisboa, que consiste em colmatar o défice democrático da UE, os atos delegados constituem uma necessidade absoluta.